

# TODA DESCOBERTA SERÁ CASTIGADA

Reflexões pouco acadêmicas sobre o discurso chamado “universitário”.

RICARDO GOLDENBERG

## Do pretexto ao texto

Faz algum tempo me deixei arrastar para uma polêmica patafísica originada por um *paper* meu que nunca foi tal. Tratava-se da transcrição da aula de apresentação de um curso de psicanálise numa faculdade de psicologia, cuja missão era interessar possíveis alunos a se inscreverem no curso. Meu título anunciava com pompa e circunstância uma pergunta sisuda e filosófica “Qual metafísica para a psicanálise?” Ora, o tema anunciado era o *pre-texto* para fazer passar o verdadeiro texto do meu assunto (*mon sujet*), a saber, o modo mais conveniente de tratar o discurso dos pacientes durante as análises, sem cedermos à ilusão, criada por este, de que falamos de coisas exteriores à análise mesma, que existem por si e funcionam como fiadoras da verdade dos enunciados proferidos nela. Pretendia, *dentro* da universidade, ir contra a idéia tenaz de que “a verdade está lá fora”, como dizia o bordão do seriado *Arquivos X*, da década de 1990.

Procurava mostrar aos possíveis candidatos a psicanalista que ali me escutavam em condição de alunos, que tal concepção de senso comum, quando aplicada à tarefa analítica, reflete um modo sutil de resistência contra ela, não muito diferente do recalque. Desejava *mostrar-lhes* tal resistência, não falar a respeito, portanto, a última coisa que me interessava era dar-lhes uma lição de filosofia da psicanálise ou vice-versa. O conteúdo estava a serviço da forma; contava antes com o poder alusivo e expressivo do discurso para fazê-los acordar, que com um exercício de vaga erudição para pô-los a dormir; enfim, estava mais preocupado com a sintaxe que com a semântica.

Esta apostila caiu nas redes (assim como se diz “caiu em desgraça”) e uma vez ali passou a ser tratada, ou, antes, arguida, como se dissertação filosófica fosse, tendo se perdido junto com a assistência para a qual se destinava seu caráter performático. Transposto, meu discurso perdeu seu tom paródico e irônico, restando apenas um arremedo de artigo acadêmico. Não tenho a menor intenção de me ocupar dos arrazoados a que deu lugar uma vez desviado do seu local de destino, mas o incidente com aquele texto publicado *ex post facto*, que me retorna como uma carta devolvida ao remetente, me fez pensar no problema dos modos em que os psicanalistas se fazem presentes fora dos consultórios e dos congressos, seu habitat natural. Para pensá-lo precisamos falar sobre a diferença entre o denominado “discurso universitário” e o do analista. De um modo geral, a questão é a seguinte: *o que faz de uma intervenção de analista uma intervenção analítica?*<sup>1</sup>

## **Discursos**

Um paciente costumava telefonar sem falta dez ou quinze minutos antes das suas sessões para certificar-se de que eu estaria ali quando ele chegasse. Tal comportamento estava incluído na operação de controle compulsivo que exercia sobre todas as pessoas da sua convivência, mulher, filhos, amantes, empregados, ... seu analista. Ele tinha que ser onisciente para não correr o risco de ser corno (suas palavras). Como falar sobre isso tinha se revelado inútil, certo dia em que ele atendeu o celular no meio da sua sessão, arranquei o aparelho da sua mão e o joguei no lixo, enquanto lhe dizia: “vamos estar bem mais cômodos sem isso”. Ao sair, recolheu seu aparelho da lixeira, perdendo-o poucas horas depois em alguma parada. Como resultado comprou *três* celulares, meu comentário: “controlar todo mundo está te custando caro”. Na mesma época, uma paciente também me telefonava no dia da sua

---

<sup>1</sup> Com efeitos “analíticos”, mas precisamos dizer o que tal coisa seria.

sessão para confirmar o encontro marcado. Como tinha um horário fixo, certo dia lhe perguntei por que fazia aquilo. “Porque conheço o analista que tenho”, me espetou. Bem feito!, já tinha acontecido de eu esquecê-la.

Ambos incidentes aconteceram no mesmo tempo e local, e ambos me concernem. Eles são, não obstante, muito diferentes. No primeiro, são os telefonemas que me indicam que tinha sido posto na série dos objetos de amor e de ódio sobre os quais este homem exercia seu poder. Estava escalado como um ator coadjuvante no teatro do seu sintoma. “Analisá-lo” significa contracenar de tal modo que, num mesmo movimento, ele perceba seu próprio papel neste drama e eu possa sair de cena. No segundo, são os telefonemas que me avisam que eu tinha entrado de modo inadvertido no romance familiar da minha paciente: ser esquecida. Eram um verdadeiro *wake up call* para o analista dela. “Acorda!” parece dizer, “teu esquecimento é uma repetição daquilo de que eu falo na minha análise.” Antes desta sequência esquecimento-chamada, falávamos *sobre* o que significava ter sido esquecida em tais e tais momentos da sua infância e de como isto se repetia ao longo da sua vida, mas a “análise”, propriamente dita, deste assunto só aconteceu *depois* de ela me obrigar a incluir meu próprio esquecimento dela na sua análise como repetição.

As aspas sobre “análise” devem-se a que embora sejamos obrigados a guardar zelosamente a palavra (o que seria de um analista se for levado a reconhecer que aquilo a que se dedica não pode ser chamado de “análise”?), o que fazemos não é bem analisar o discurso do paciente, mas deixar-nos tomar numa relação com ele em que se reproduz o mesmo sintoma que o levou a consultar conosco para começo de conversa. Tampouco se trata de uma D.R., embora às vezes aconteçam (mas quando acontecem, são uma forma de resistência), pois não falamos sobre a relação, nos servimos dela para, assim incluídos no sintoma, poder agir de modo a que seja possível mudar algo nesse padrão de fracasso. Por que digo “fracasso”? porque se não fosse não se repetiria, não seria fonte de sofrimento, nem vivido como um sintoma.

Sem demasiado floreio teórico, este modo de relacionar-se mais a operação de desmontagem que se pode efetuar, é o que Lacan chamou “discurso do analista”. E um problema que persiste ao longo das décadas e com tanto maior insistência quanto mais a psicanálise passa a estar inserida na cultura é: *podemos (os psicanalistas) incidir sobre outros discursos em condições diferentes das estabelecidas*

pela “*relação analítica*”? Em termos mais técnicos: “como se faz girar um discurso fora da situação quase experimental dos consultórios?”<sup>2</sup>

Devo aos meus diplomas os convites que recebo para compor bancas de mestrado e de doutorado, em áreas como filosofia, psicologia, semiótica, comunicação ou pedagogia. Sou chamado a título de professor doutor, não de psi. Espera-se de mim colocações teóricas sobre as matérias em que estou licenciado, nada que saia dos trilhos. É necessário que eu esteja onde me aguardam, sem inventar moda. Nada pode ser menos psicanalítico do que isso. O que me anima a subir ao palco, contudo, tanto para ministrar aulas como para participar dos ritos de doutoramento é a tentação de *não responder como agente universitário*, ou seja, nem como professor, nem como aluno. Como fazer isso sem cair na paródia, eis a questão.

Dentro ou fora do consultório, a primeira providência frente a um texto (e o relato do paciente não deixa de ser um), é conjecturar o que ele quer; que tipo de resposta espera, qual pergunta formula ou esconde. É só depois de decidir estas coisas que estamos em condições de considerar o tratamento mais adequado a dar a esse texto. Adequado ao fim de fazer com que venham à tona as tensões que constituem sua trama, aquilo que ele foi feito para esconder.

Lembro de uma banca na qual a minha arguição se limitou a um comentário do título do trabalho apresentado. Imaginaram que fora por preguiça de ler. Não era. Tinha lido de modo consciencioso cada uma das suas 300 páginas antes de chegar à conclusão de que aquele título era um achado. Ninguém notara, nem o autor, que contradizia a própria tese defendida. Resgatá-lo do interior de um corpo argumentatório encarregado de fazê-lo passar inadvertido foi a tarefa a que me dispus. Não tomei aquilo como uma insuficiência da dissertação, que estava em tudo de acordo com o que se esperava dela no âmbito acadêmico. Elevei (foi um gesto de reconhecimento) aquele título ao *status* de ato falho, como se ao cumprir com às exigências formais da universidade o doutorando estivesse objetando sem se dar conta o mesmo sistema ao qual ele se submetera (o assunto era a pedagogia). O texto se rebelava contra a demanda de contribuir com mais um tijolo para o edifício do saber universal (é isto que “universidade” significa).

Devo, neste ponto, cometer uma infidência e revelar que a universidade abomina uma descoberta ou uma invenção pois seu designio é guardar um saber acabado. Apesar de uma tese de doutoramento ser, por definição, a defesa de uma ideia original, o que na realidade se espera dela é

---

<sup>2</sup> Cf. o apêndice deste artigo.

que não perturbe a paz de cemitério das certezas universais. E a primeira providência para construir um conhecimento limpo, unívoco e sem falhas consiste em eliminar todo e qualquer equívoco. Contam que um entomólogo apresentou na faculdade de biologia a obra da sua vida: uma taxonomia universal dos insetos. Durante a apresentação, um *nerd* apresenta ao sábio um bicho que não consta da lista. Ele o examina demoradamente com uma lupa, depois o joga no chão, pisa em cima, e decreta: "não existe".

Sabe-se que Darwin demorou 20 anos para publicar *A origem das espécies*. Howard Gruber demonstra em *Darwin on man*, que o jovem naturalista já anotara as principais ideias do que viria ser a sua obra revolucionária nos seus cadernos a bordo do *Beagle*, durante o seu périplo marítimo em 1836. O que não se sabe é a razão da defasagem entre a descoberta e a publicação. Defendo a hipótese de que fazer públicas tais ideias nos anos 30 do século XIX era como pedir para ser excomungado da comunidade científica que dava sentido a sua vida. Nas ciências naturais não havia lugar para essas ideias, que não apenas não se encaixavam como comportavam uma verdadeira heresia em relação ao saber consagrado da biologia oficial.<sup>3</sup>

A definição mais simples que me ocorre de psicanálise é: *traquejo com o mal-entendido*. Psicanalista seria quem sabe provocar e aproveitar os equívocos a que uma língua dá lugar. E ele não pode fazer isso estando fora, mas tampouco dentro, ao ponto de ser indistinguível no quadro. Seu lugar só pode ser *marginal*, não no sentido do segregado ou do fora-da-lei, mas no de permanecer na borda, na fronteira, no limite, o que tampouco é dizer que fica em cima do muro. Ocupamos um lugar "entre" (entre línguas, entre significantes, entre discursos, entre gregos e troianos...), que em nada se assemelha ao papel da mediação papal ou à síntese dialética hegeliana, já que se trata de encontrar e sustentar o paradoxo do discurso no qual se está implicado até as suas últimas consequências, sem tentar resolvê-lo numa síntese.<sup>4</sup> É assim que entendo o *dictum* "a clínica psicanalítica é o real impossível, a ser suportado" (*le réel impossible à supporter*) e é também nesse sentido que a psicanálise em intensão e em extensão podem ser ditas estarem em continuidade moebiana (só que, isto vale nas duas direções: se é pensável operar como psicanalista no âmbito

---

<sup>3</sup> Para o matema que permite escrever isto cf. O apêndice deste artigo.

<sup>4</sup> Estou neste momento escrevendo um livro cujo título de trabalho é "Para uma psicanálise não-binária", na qual pretendo desenvolver a ideia de que a dialética psicanalítica é um constante movimento de ir da tese para a antítese sem produzir a menor síntese. De certo modo o sintoma que sofremos é a tentativa falha de produzir tal síntese. Estou convicto também de que Lacan demonstrou isso também ao teorizar sobre psicanálise.

universitário, subvertendo a relação professor-aluno, também acontece de ser inoperante um psicanalista que atende seus pacientes como um professor o faria).

Na medida em que eu me propus a ir de encontro ao discurso acadêmico na faculdade e não fora dela, fazer falar aquele título de tese, mostrar seu caráter discordante com o resto do corpo textual, fazer dele um sintoma foi a minha aposta. Aposta perdida mas que voltaria a fazer dadas as mesmas circunstâncias, ainda que, talvez, de outra maneira. Naquela ocasião, tratei o recorte do nome como o significante de uma enunciação que cabia ao doutorando reconhecer ou não. É importante fazer observar que me refiro à enunciação do texto, não do seu autor.

Existe, contudo, um efeito colateral incontornável na produção e manejo de mal-entendidos: a cota de mal-estar que geram. Saber lidar com ele também faz parte da arte. Freud teorizou isso ao falar do *tato* do analista na escolha do modo e do momento de interpretar. E o incômodo produzido pela interpretação é em geral posto na conta da transferência negativa.<sup>5</sup> Como tais exercícios fora do consultório tem me causado mais de um dissabor, é pertinente a pergunta de por que não me comporto como professor ou pedagogo na casa do saber, reservando minhas piruetas de analista para o consultório, onde me pagam para isso. Resposta: “porque não consigo” Não acho a menor graça em me apresentar como oficiante de um rito enfadonho, e devo acrescentar que esta antipatia pela burocracia se estende ao meu trabalho no consultório, onde também tento, na medida do possível, não agir como um funcionário da instituição psicanalítica.

Cumpro dizer, contudo, que aquela performance universitária foi um fiasco. Não consegui driblar a censura institucional —quebra de protocolo, disseram —onde já se viu ocupar-se de outra coisa que não do conteúdo (por mais vazio que este possa ser)?, acrescentaram. E os amigos do doutorando ficaram ofendidos por eu ter feito pouco do seu cuidadoso trabalho de alinhar clichês, aforismos e citações eruditas. Assim como também não foi bem sucedida minha brevíssima participação como colunista de uma revista *pra-frentex* da cidade de São Paulo. Quando me convidaram, decidi escrever de modo a instigar dentro da publicação e, através dela, no seu público alvo, um debate sobre as certezas ideológicas que os aglutinavam. Mas não soube fazer isso com jeito, razão pela qual, em vez de conseguir me manter ali na margem, como queria, fui rapidamente cuspidado, com o comentário da diretora de que eu estaria minando as bandeiras sob as quais eles lutavam havia anos. Que eu não tenha sabido encontrar o tom justo, aquele *tato* de que

---

<sup>5</sup> Piera Aulagnier escreveu um livro a esse respeito: *A violência da interpretação*.

Freud falava, não significa que não possa ser feito. Ao contrário, penso que um psicanalista interessado em intervir em praça pública deveria considerar esta a melhor estratégia para nossa política, que Lacan não teve dúvida em denominar “política do sintoma”.

Ele mesmo a pos em prática em 1970, ao intervir numa dissertação que pela primeira vez o tomava como objeto de tese acadêmica, isto é, que tratava seu discurso como “obra”. Escreveu, a pedidos da doutoranda, um prefácio à versão impressa onde dizia, em síntese, que isto que o leitor tinha nas mãos era um exemplo da resistência universitária contra seu ensino, em relação ao qual, quanto mais se falava dele menos se queria saber daquilo de que ele falava.

Importa notar que a crítica à tese *apareceu dentro da mesma* e a título de prólogo. Lemos ali, "Meus *Escritos* são impróprios à tese, universitária especialmente: antitéticos por natureza: já que, no que formulam, só há como se deixar envolver ou largá-los de lado." Ao situar o seu dentro do escrito do outro, o psicanalista ao mesmo tempo fala sobre ele e lhe modifica o sentido, coisa que não aconteceria se tivesse sido publicado em outro tempo e lugar.<sup>6</sup> Note-se a perfeita estrutura moebiana, que é a mesma da interpretação psicanalítica: no texto mesmo que discorre sobre o que ele escreve, insere outro que afirma ser antitético o que ali está sendo dito em relação àquilo de que ele fala. Trata-se de uma demonstração, em ato, do aforismo “não há metalinguagem” ou, de modo mais sutil, da diferença entre o discurso universitário e o do analista, onde o primeiro discorre sobre fazer, enquanto o segundo faz o que diz.

O que chamo de "ato" seria o conjunto formado pelo livro de Anika Rifflet-Lemaire, a doutoranda, mais seu prólogo, escrito do próprio punho pelo "objeto" da sua pesquisa. Mas, a quem se dirige? ou, por outra, quem seria o *sujeito* de um ato tal (chamá-lo de "analítico" seria responder por antecipação uma pergunta que ainda não foi feita)? O mais provável é que o psicanalista, tratado de mestre pela dissertação, visasse, além da doutoranda e autora, que assim o trata, a universidade que aceitou “Lacan” como tema de tese ou, quem sabe, os psicanalistas, seu perene destinatário —e dentro destes, seriam os que ele mesmo forma, e a quem se refere sempre como "meus alunos", ou os colegas da Internacional Psicanalítica que fora forçado a abandonar (esta não é uma questão menor)?

---

<sup>6</sup> Problema do artigo “Kant com Sade”, uma carta roubada que não chegou a seu destino.

Em todo caso caso, está dando uma lição de psicanálise em *extensão*, mostrando a sua continuidade moebiana com a psicanálise em *intensão*. (Isto deveria bastar para responder a uma objeção improcedente à minha insistência em especificar a natureza e o alcance de nosso campo, voltarei a isso) Trata-se, sim ou não, de um "ato analítico"? Se sim, impõe-se responder pelo seu sujeito e seu objeto, já que a "ação" em questão não tem como alvo um paciente na transferência, mas um grupo, uma instituição ou a sociedade toda (quando não a História ou Deus).

Neste ponto cabe uma ressalva, o ato analítico intencionado pode ser tido como bem sucedido apenas se for possível verificar a transformação de algum modo do discurso sobre o qual pretendia incidir. A minha hipótese (que não vou justificar, já que para isso deveria analisar o prefácio inteiro) é que prolonga o Seminário, visto orbitar em torno da crítica a um trabalho dos seus "alunos" Laplanche e Leclaire, apresentado num congresso de psiquiatria um ano antes, como *representante* (não é por nada que a crítica em questão vise o conceito freudiano de "representate-representativo da pulsão") da "escola de Lacan" frente ao resto da comunidade psi. A tese em questão não passa, portanto, do pretexto para mudar o modo como está sendo mal-entendido, por aqueles a quem forma, o que ele ensina sobre a linguagem, e como isso determina a prática clínica, que seria a aplicação da teoria em questão. No caso, o campo transferencial em que operaria tal interpetação seria o da *Escola Freudiana de Paris*, mas não deixa de ser o da psicanálise em extensão.

Disse que pensava no psicanalista como aquele que sabia aproveitar os mal-entendidos que se produziam nos discursos. Servir-se para quê, resta perguntar, já que um humorista ou um publicitário se encaixa nesta definição, tão bem quanto um político. Mas, antes de prosseguir por este caminho, cabe observar que esclarecer um mal-entendido não é aproveitá-lo. Para servir-se dele é necessário lê-lo a partir de outro discurso, e é exatamente ao que me proponho toda vez que numa dada situação considero possível intervir como psicanalista.

De um modo geral, depois de um equívoco ou da revelação de um paradoxo, segue um momento de perplexidade, com a sua inevitável e já mencionada cota de mal-estar que, com sorte, pode levar a alguma reflexão sobre os lugares comuns em que nos aboletamos para continuar dormindo. Não considero meu trabalho nem uma missão nem uma *mitzva*, como diria minha avó. Aquilo funciona, mas não é por funcionar que me dedico a este afazer; antes que nada, isto me diverte, não posso negar (saber com sabor dizia Barthes). Só me arrependo das vezes que, por cansaço, cedi à tentação de ajeitar as coisas, já que isso significa permanecer no mesmo discurso em que o equívoco foi produzido, sem



chegar a parte alguma. Às vezes nos assustamos frente a emergência do inconsciente após ter-lhe dado a oportunidade de aparecer. Para dizê-lo com a figura mais cara a Freud: *Flectere si nequeo superos, acheronta movebo*. Ou seja, uma vez que invocas-te um demônio, não o mandes de volta para o inferno sem antes interrogá-lo.

Que fazer?

*Que fazer?* o livro escrito em 1902, como crítica ao movimento social-democrata russo, não era uma pergunta de Lenin, mas um chamado à ação. Uma convocatória a fazer da teoria de Marx o fundamento de uma *praxis*, cuja finalidade fosse —certamente não apresentar uma tese filosófica— ... fazer a revolução! (Muito) mais modestamente, mas no mesmo espírito, escrevi um livro em que tentei fazer o que dizia: *Desler Lacan*.<sup>7</sup> O meu livro foi escrito sob uma epígrafe retirada daquele prólogo à primeira tese sobre ele de que falava há pouco. São as suas últimas palavras: “o âmbar que preserva a mosca, para nada saber do seu voo”.

A mosca figura o ensino vivo do psicanalista, preso pelo saber universitário que fez dele “obra”. Isto pode ser generalizado: o discurso acadêmico *não quer saber*, porque não pode,<sup>8</sup> do discurso do analista. E acontece de serem estes os primeiros a esquecê-lo. Meu livro não trata apenas do modo de Freud e Lacan lerem os outros (mas não apenas eles, Jacques-Alain Miller também lê deste modo; qualquer leitor criativo lê deste modo), como ele mesmo consiste num exercício da modalidade de leitura descrita ali. Eu a denomino “*desleitura*”, e não vou explicar por que a chamo desta forma, já que foi para isso que escrevi o livro em questão: leiam-no! Baste apenas dizer que tinha me apropriado do termo do crítico de literatura norteamericano Harold Bloom, que por sua vez o inventara a partir da ideia freudiana das lembranças encobridoras, ele, para falar da história da poesia; eu, para repensar o modo psicanalítico de teorizar.

Não me parecia necessário explicar que ao fazer meu o conceito de Bloom eu mesmo cometia uma “*desleitura*”, exatamente nos moldes que acabara de fundamentar. Pois bem, meu livro sofreu

---

<sup>7</sup> Goldenberg R *Desler Lacan*, São Paulo: Instituto Langage, 2018.

<sup>8</sup> “Não pode”, simbolicamente se refere à interdição, à proibição, como em “não pode trafegar na contramão”. Já imaginariamente designa a impotência. Realmente se refere à impossibilidade. Aqui me refiro à impotência do discurso do universitário.

uma resenha na qual se me reprova, precisamente, o fato de estar servindo-me do conceito do crítico norte-americano na contramão da sua teoria: “não pode trafegar nesta direção, está sujeito a multa”. Uma piada não se explica, ela funciona ou não; para este resenhista meu livro não funcionou. Não porque fosse obscura a minha fundamentação do conceito ou pouco evidente que não estava descrevendo um acontecimento mas criando-o, senão porque para meu crítico, enquanto professor, era inconcebível servir-se do conceito de “desler” e de “desleitura” para outra finalidade que não a disposta pelo seu autor. E por que não? Porque no discurso universitário inventar ou criar está interdito, só é permitido reproduzir, devidamente citados, os conceitos já fossilizados escritos por sábios consagrados.

Não se faz ciência (nem filosofia, nem psicanálise) enquanto a relação com o saber passar pelas formas da universidade, haja vista que tanto, a ciência, a filosofia como a psicanálise, embora muito diferentes entre si, só existem pela possibilidade da invenção e da descoberta. E isso é atestado tanto na criação teórica quanto em qualquer análise conduzida com algum talento. Como me disse um amigo arquiteto, se você quiser vir falar comigo de arquitetura, traga um lápis, caso contrário falaremos de história da arquitetura. A famosa fórmula  $E = mc^2$  entrou nos claustros depois que os físicos deixaram de servir-se dela para fazer física. Uma vez transformada em peça de museu a encontramos nas enciclopédias como história da física.

Esta não me parece uma insuficiência ou um defeito, mas a característica mesma do discurso chamado “universitário”, e por que não dizê-lo?, também a fonte do seu poder (ao menos do seu poder inquisitorial). Uma coisa é fazer teoria, outra, falar da teoria já feita. Em nenhum momento a minha fundamentação do conceito de “desleitura” foi contestada nos termos da minha argumentação, apenas desqualificada, por antecipado, em nome do direito adquirido, patenteado, pelo meu antecessor<sup>9</sup> sobre seu conceito.

---

<sup>9</sup> Sim, “meu antecessor”: é pelo meu gesto de expropriação da palavra *misreading* que faço de Bloom meu precursor, sem pedir licença a ninguém.

## Mal-entendidos

Dando um passo atrás, acho ilustrativo um comentário de Rinaldo Voltolini, que além de catedrático é psicanalista (ou vice-versa): “o discurso universitário,” disse, sem mais explicações, “não tem nada a ver com a universidade”. Por falta de maiores esclarecimentos, eu entendi que a “universitária” seria uma dentre as modalidades discursivas que caracterizam a relação analítica como tal, não a descrição das relações entre os membros da academia segundo as regras e protocolos da universidade.<sup>10</sup>

A minha insistência em definir e delimitar o campo da psicanálise parece ir na mesma direção; livrar-nos da crença, tão tenaz quanto infundada, de que um psicanalista o é em quaisquer condições de temperatura e pressão. Poderíamos, ao contrário, reconhecer o que teve de psicanalítico um proferimento qualquer (que pode ter-se originado num não-psicanalista), que gerou determinadas mudanças, e também o que houve de fracassado em tal intervenção de analista, que deixou tudo tal como estava. O próprio do psicanalítico seria a interpelação do discurso em que se está, de modo a produzir uma mutação que tem como horizonte ideal, ou seja, raramente atingido, nada menos que uma mudança de real.<sup>11</sup> Lacan dá exemplos literários e históricos disso, talvez porque sabia que qualquer outro seria rechaçado.

Ele disse, não me lembro mais aonde, algo muito curioso e que deveríamos levar em conta em qualquer discussão sobre a intensão e a extensão da psicanálise: *em qualquer mudança de discurso operou o discurso psicanalítico*. De outra maneira, na dança dos discursos, sempre que houver um câmbio de lugares, podemos ter certeza de que foi tocado o ponto de impossibilidade daquele que gira, e é isso a que Lacan chama de “discurso do psicanalista”. Antes de pensar melhor o que significa uma observação tão enigmática, salta à vista que, se for assim, então, o discurso do psicanalista *não* é agenciado sempre nem necessariamente por um psicanalista!

Fico tentado a dizer, por exemplo, que o giro de discurso *procurado* durante aquela banca na faculdade de pedagogia teria sido agenciado desde a posição da histórica, não do analista (e isto, por

---

<sup>10</sup> Se aceitarmos a declaração do Rinaldo, ela tem consequências enormes sobre o que devemos entender por discurso *stricto sensu psicanalítico*, já que, a meu ver, cairia por terra (ou ficaria, no mínimo, bastante mais modesto) o alcance dos quatro discursos como ferramenta para interpretar a História e os *fait divers* da cultura.

<sup>11</sup> Cf. *Desler Lacan*, op. cit.

Tutatis!, *não é* uma confissão).<sup>12</sup> Trocando em miudos, a finalidade da operação era fazer re-aparecer “esse um” (o título) recalçado pelo corpo da tese, e a estratégia consistia em mostrar seu valor sintomático, “esse barrado”. Com prestígio e poder suficientes, o movimento regressivo teria “enfiado pela güela abaixo” aos presentes aquele título transformado em significante mestre (“só porque eu disse”). Não sendo, com cacife transferencial suficiente, o giro seria progressivo, e o sujeito interpelado (o doutorando) poderia assumir como sua a produção daquela invenção descoberta por mim. Nesse caso, o tal título teria funcionado como o significante que o representa como sujeito junto da academia. *Teria* se essa não fosse precisamente a *impotência* do discurso universitário. Do jeito que as coisas se deram e pelo mal-estar causado, deduzo ter sido eu quem foi parar ao lugar do objeto segregado, descartado como o resto daquela missão impossível, ou melhor, daquela causa perdida.

De um modo geral, determinar o que é psicanalítico do que não o é (ou não o é mais), só pode ser feito *a posteriori*, mas ter um critério sobre o alcance e os limites da operação analítica torna possível a interação com outros campos epistêmicos, numa postura que não seja de pretensa mestria sobre eles. Longe de solipsista, minha insistência em especificar desde que lugar os psicanalistas falam é um convite ao diálogo interdisciplinar. Na falta de tal delimitação, pode-se pensar, e foi pensado, que a psicanálise, ou, pior, o psicanalista, tem o poder de falar desde qualquer lugar, o que equivale a afirmar que fala desde lugar nenhum. É a postura dos anjos, que estando posicionados fora do mundo são os únicos a poder praticar uma verdadeira metalinguagem. Não sendo anjos, quem pretenda falar como se fosse, instaura uma relação que há anos chamei de “cínica”.<sup>13</sup>

Não sem surpresa, constato contudo que a minha proposta de mostrar as coordenadas do campo epistêmico e de ação do psicanalista foi tomada por alguns letrados como um reducionismo (eu faria da psicanálise um capítulo da psicologia individual, retirando-a do diálogo com a Filosofia, a Ciência e a Política (maiúsculas intencionais), e do psicanalista, um pobre terapeuta, confinado entre as quatro paredes do consultório e retirado da “Polis”).

Acontece de a universidade ter anexado (no sentido da conquista mesmo) há tempos a denominada “doutrina psicanalítica” e, além de transformá-la num conjunto de créditos das faculdades de psicologia, fez dela um aparelho hermenêutico para descifrar a Verdade oculta (maiúscula intencional) de todo e qualquer discurso. Esta concepção não passa de uma *ideologia*,

---

<sup>12</sup> Para verificar isso sobre o matema, *infra*, o apêndice.

<sup>13</sup> *No círculo cínico, ou Caro Lacan, por que negar a psicanálise aos canalhas?* Rio: Relume-dumará. 2002.

uma concepção de mundo a partir da qual julga-se todas as outras. É o que Robert Castel chamava "psicanalismo". Nem preciso dizer que são os praticantes desta meta-discursividade radical, os crentes na metalinguagem, os primeiros a arvorar o apotegma de Freud: “a psicanálise não é uma concepção de mundo” e o de Lacan: “não há metalinguagem”.

**São Paulo, outubro de 2021**

#### APÊNDICE (não dispensável)

O "matema", essa síntese gráfica pseudo-algébrica da teoria, que faz as delícias dos que se imaginam matemáticos, serve aqui para apresentar de modo sintético (ou seja, não analítico: mostra mas não demonstra) a passagem de ida e volta entre a psicologia individual (o "aparelho psíquico") e a psicologia da massa, isto é, as *relações sociais*, que Freud resume estudando a igreja, o exército e as manifestações populistas europeias de finais dos anos vinte, ovo do fascismo e do nazismo em gestação.

Este ir e vir constante entre a *intensão* da psicanálise (a trama conceitual que fundamenta sua clínica, possibilita a terapêutica, e também serve para formar praticantes) e a sua *extensão* (que inclui, de um lado, a investigação necessária para construir seu edifício doutrinário, e por outro, o uso dela já constituída para interpretar os saberes gerados em outros campos), faz com que o conceito de discurso oscile entre uma apresentação dinâmica da relação analítica (do divã à poltrona e retorno) e seu uso teórico como crítica da cultura e da História, seu flanco talvez mais atacável.

A teoria lacaniana do discurso sofre de diplopia, desde a sua origem no Seminário, e por culpa do próprio Lacan. Recortando aspectos diferentes do movimento de ida e volta, muitas vezes contraditórios (como é sempre o caso no denominado “ensinamento”), em que foi sendo construída aquela teoria, os analistas ora tomam o discurso como se fosse o *Aleph* de Borges, o ponto desde onde pode ser visto ao mesmo tempo o universo inteiro e toda a sua história. Assim lemos coisas

como “primeiro aconteceu o discurso do senhor-e-mestre, digamos, durante o feudalismo, ou quem sabe, depois do tratado de Westfalia, quando se define o estado-nação ou, talvez, antes, na época das cidades-estado gregas; depois aconteceu uma revolução que resultou numa transformação discursiva donde surgiu o discurso universitário, talvez graças a Alcuin de York, no ano de 781, criador do Palácio-escola, em Aix-la-Chapelle, sob encomenda do seu imperador, Carlos Magno, seu idealizador, no qual eram ensinadas as sete artes liberais: o *trivium*, gramática, lógica e retórica, e o *quadrivium*, aritmética, geometria, astronomia e a música, ou, por que não?, 300 anos mais tarde, em 1088, quando foi criada a primeira universidade em Bolonha. A história segue e no século XIX, um novo revirão trouxe a revolução histórica, reconhecida por um neurologista vienense que lhe teria escrito a teoria. Enfim, nós somos contemporâneos da última guinada discursiva da história, o discurso do psicanalista, resultado da revolução capitalista (digo isso tudo —é melhor abrir o guarda-chuva antes do toró, como diria meu pai— a modo de provocação e com um tom irônico que adoraria não passasse despercebido).”

Ou então toma-se o discurso como a descrição dos modos de estar no mundo de quatro personagens paradigmáticos, que representariam a totalidade da diversidade humana: o diretor, o professor, o neurótico e seu analista, o que soa, para dizer o mínimo, caricatural. Segundo tal compreensão, professores professam de acordo ao discurso universitário; reis reinam, governadores governam, diretores dirigem, presidentes presidem e chefes ordenam de acordo ao discurso do senhor, enquanto os neuróticos sintomatizam conforme o discurso da histórica e os psicanalistas os interpretam segundo o discurso do analista.

E a coisa se complica ainda mais quando numa das suas conferências de Saint Anne, publicadas sob o título "O saber do psicanalista", Lacan especificou que o "de" dos seus quatro, a preposição, devia ser entendida no sentido *objetivo*, não subjetivo do genitivo. Ou seja, o discurso *do* amo devia entender-se como *sobre* o amo; seria, portanto, o de Aristóteles, escrevendo o manual para Alexandre Magno poder ser imperador; o de Machiavel, ensinando o príncipe a exercer o poder; talvez o *De Magistro*, de Santo Agostinho (mencionado pelo próprio Lacan), ou, ainda, “O discurso da servidão voluntária”, de La Boetie, sem esquecer a “dialética do senhor e do escravo”, de Hegel. Já o discurso sobre o *scholar* seria mais difícil de datar, talvez o ensino dos filósofos-cientistas (mas isso se alastra através dos séculos, acaso não escreveu Aristóteles uma teoria dos discursos: poético, retórico, dialético, e lógico?) Ou, quem sabe, por que não?, o de Umberto Eco

ensinando a redigir uma tese. Quanto ao discurso sobre a histérica, não cabem dúvidas: são os *Estudos sobre histeria* de mestre Sigmund. Finalmente, *bien entendu*, o discurso sobre o psicanalista, de quem mais seria se não de Lacan?

Vamos à descrição do matema do discurso, que se funda na ideia da linguagem como um *sistema de produção* (Lacan inventa os discursos num movimento de (des)leitura, *entre outras referências*, do marxismo-leninismo). Quero dizer, a linguagem “encarna”, como Zé do Caixão, “no teu cadáver”, e produz tanto o sujeito cognoscente, desejante, mandante e sofrente como o objeto conhecido, comido, apreendido, cagado...<sup>14</sup> Tanto foi escrito, para bem e para mal, sobre esta teoria, que me limito a mostrar seus lineamentos gerais para facilitar a minha exposição, sem maiores comentários.

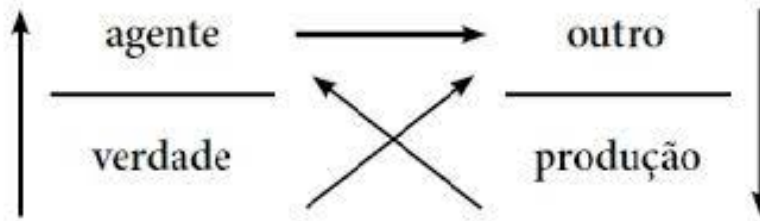
Um discurso é uma apresentação da estrutura que pode ser descrita como uma operação realizada sobre quatro elementos que ocupam quatro lugares (postos) fixos, vinculados entre si sincronicamente, com as regras de composição de um semigrupo de Klein incompleto (faltaria um vetor entre o lugar “da verdade” e o “do produto”: mais um exemplo de desleitura, já que, do ponto de vista topológico, isto não tem nem pé nem cabeça).

Os nomes dos postos vagos são, respectivamente, de esquerda a direita e de cima para baixo: "do agente", "do outro", "do produto" e "da verdade". Mais adiante, quando decida definir a psicanálise como *campo do gozo*, trocará a denominação dos locais, preservando apenas um, o da verdade. Quem ocupar o posto do agente estará ali enquanto “aparência” (*semblant*), quem for ao lugar do agenciado (o Outro ou o outro, dependendo do momento do Seminário) estará ali a título de “gozante” (não de desejante, o que mostra todo um deslocamento no ensino de Lacan). Enfim, o que o discurso produz é tratado ora como um *plus*, um gozo-a-mais (*Plus-de-jour*, sintagma calcado da mais-valia de Marx ), ora como um *minus*: é um trabalho que gera uma perda, uma entropia.

---

<sup>14</sup> E depois de assim constituídos vem, quando são filósofos, a falar sobre o *status* ontológico daquilo tudo.

Fig. 1



A diacronia (o tempo) está representada pelo *movimento* dos quatro termos que ocupam cada um dos postos e giram numa permutação circular de sentido anti-horário, sempre na mesma ordem. Estes quatro representam a síntese mínima da *teoria lacaniana da linguagem*: um significante **S1** e outro **S2** produzem o sujeito, cujo apelido mais conhecido é "esse barrado". A dupla significante é apresentada, em francês, com um divertido jogo de palavras: *est-ce un?*, "é um?" (como na vinheta do velho desenho animado *Superman*: "É um avião? É um pássaro? ... É o Super-homem!"), ou também, pela mesma homofonia, *essaim*, enxame, e *est-ce deux?*, "é dois?", que também soa como: "é deles?" Por fim, o objeto éxtimo<sup>15</sup> designado com a letra **a**, que vem ali *indicar* o próprio limite interno da estrutura. Lacan chama "objeto" àquilo que move a estrutura da linguagem uma vez "incorporada", mas que ela mesma não consegue apreender. Trata-se ao mesmo tempo do ponto de impossibilidade da estrutura, do resto entrópico da operação de geração do sujeito e também daquilo que constitui seu real, no sentido lacaniano da palavra.<sup>16</sup>

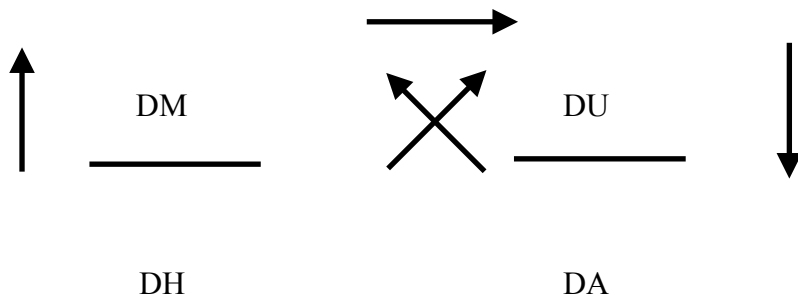
Com esta regra de composição os discursos são quatro e quatro apenas, e recebem o nome do elemento que ocupa o posto da agência, o lugar dominante. Cada um resulta do giro de um quarto de volta para a esquerda dos quatro termos, começando pelo "discurso do mestre e senhor", que é aquele regido por "esse um". Quando "esse dois" ocupa o posto de comando, o discurso vira "universitário". Enfim, quando é o objeto que agencia o movimento, isso escreve o discurso dito "do analista" e *last, but not least*, visto que deu origem à psicanálise mesma, o "discurso da histérica", com "esse barrado" na liderança.

<sup>15</sup> Bonito neologismo para se opor a "íntimo": é o mais meu que possa pensar-se, mas está fora.

<sup>16</sup> Cada uma destas denominações responde a um problema diferente simbolizado sempre pela mesma letrinha "a" minúscula. Lacan não facilita as coisas, diga-se.



Girando, como disse, no sentido anti-horário,<sup>17</sup> os quatro estão eles mesmos articulados segundo a estrutura geral do discurso, cada um resultando da mutação daquele que o precede. É este movimento que vacila entre a História e a história.



Assim, o discurso do universitário sucede ao discurso de mestre e é sucedido pelo discurso do analista que faz por sua vez girar o discurso do histérico. Cabe notar que um quarto de volta no sentido regressivo (neste esquema, no sentido horário) equivale a produzir um recalque (ou um desmentido, ou uma negação).

Como dizia, verifica-se, no processo de elaboração desta teoria ao longo dos anos, um ir e vir entre a história das estruturas (ou as estruturas na história ou da história) e a sincronia a-histórica da Estrutura (com maiúscula, que não é outra coisa que a linguagem mesma estruturada e estruturante). Este vai e vem foi interpretado por alguns exegetas de modo evolutivo e perigosamente psicológico; pensaram que deviam optar entre a História e a Estrutura.

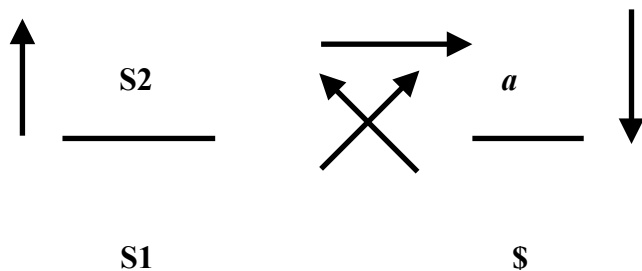
Não é nem nunca foi a minha posição, porém, o uso que faço deste matema para analisar as sequencias das análises dos meus pacientes e a minha própria performance como professor doutor nas bancas de doutoramento ou nas aulas magnas ou fazendo e publicando teoria não escondem os problemas do deslizamento desapercibido entre diferentes operações da psicanálise dita “aplicada”, ou seja, a minha própria exploração da extensão do seu campo. Sou conhecido por criticar, às vezes de um

---

<sup>17</sup> Por que anti-horário? Não faço ideia, mas é isso que Lacan determinou.

modo ácido, as participações dos meus colegas em praça pública que me parecem ora imprudentes, ora diretamente aviltantes. Não sei se eu me sairia melhor no jornal, na TV, no rádio, no cinema, nos palanques. Talvez não, mas a falta de senso crítico, diria mais, a falta de todo debate sério sobre este tema, revelam no mínimo um não-reconhecido (*unmerkante*, diria Freud) que carece ser *analisado* no sentido próprio da palavra.

Em todo caso, esta seria a estrutura escrita do discurso da universidade:



"*Esse um*" sob a barra designa aqui um par de coisas distintas. Primeiro, *toda descoberta será castigada* (ie. o impedimento de Darwin em publicar *A origem das espécies*) em nome da preservação do saber enciclopédico universal. Segundo, ocupando o lugar da verdade deste discurso, representa, também, o que faltaria ao saber para estar completo, para ser verdadeiramente universal. "*Esse dois*" designa este saber ancilosado no comando, e não é por nada que Lacan o identifica à *burocracia* mesma, à tirania das regras, e oferece como exemplo... a União Soviética! Em chave menos sinistra, o episódio da sátira hilária de Damián Szifron de 2014, *Relatos Selvagens*, conhecido como "bombita", em que um especialista em explosivos farto da burrice burocrática do CET, digamos, de Buenos Aires, que não parava de guinchar seu carro, decide dar o troco explodindo tudo sem matar ninguém.

O discurso universitário se origina de uma transformação do discurso do mestre e senhor, que por sua vez funciona como ponto de partida ou grau zero da estrutura já que para Lacan figura a linguagem mesma em seu funcionamento imperial, como Barthes dizia. Esta seria também a escrita do

inconsciente mesmo, ou seja, *o discurso do Outro*. E não deixa de ser muito instigante lembrar que o *avesso* (não disse “o contrário”) do inconsciente, assim definido, seria... a psicanálise!<sup>18</sup>

---

<sup>18</sup> Note-se que, neste mesmo sentido, o discurso da histórica, a interpelação das palavras de ordem, seria o avesso do discurso universitário.